

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

ANA CLÁUDIA AVELINA DOS SANTOS

**O ACESSO À EDUCAÇÃO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE CAMPOS
DOS GOYTACAZES**

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2023

ANA CLÁUDIA AVELINA DOS SANTOS

**O ACESSO À EDUCAÇÃO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE CAMPOS
DOS GOYTACAZES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para conclusão título de Licenciatura em Geografia

Orientadora: Profa. Dra Erika Vanessa Moreira Santos- UFF

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2023

ANA CLÁUDIA AVELINA DOS SANTOS

**O ACESSO À EDUCAÇÃO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE CAMPOS
DOS GOYTACAZES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para conclusão título de Licenciatura em Geografia

Aprovada em 8 de set de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
ERIKA VANESSA MOREIRA SANTOS
Data: 23/01/2024 10:18:01-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra Erika Vanessa Moreira Santos- UFF
Orientadora

Documento assinado digitalmente
RICARDO ABRATE LUIGI JUNIOR
Data: 22/01/2024 15:45:44-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr Ricardo Abrate Luigi Junior- UFF

Documento assinado digitalmente
FELIPE COSTA AGUIAR
Data: 22/01/2024 22:26:52-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Mestre Felipe Costa Aguiar- UEL

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Federal Fluminense que me acolheu como estudante e aos professores que sempre se empenharam em oferecer uma educação crítica e significativa.

Agradeço especialmente, a professora Erika Vanessa Moreira Santos que foi muito mais do que uma professora e ultrapassou as barreiras da orientação, se mostrando como uma pessoa humana, amiga que sempre compreendeu as dificuldades por mim enfrentadas e que não se preocupou com minhas limitações, mas focou nas minhas possibilidades.

Agradeço também, a minha família por ter estado ao meu lado em todos os momentos e aos meus amigos, por terem me dado todo o apoio necessário.

Ficha catalográfica automática - SDC/BUGG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S237a Santos, Ana Cláudia Avelina dos Santos
O ACESSO À EDUCAÇÃO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE CAMPOS
DOS GOYTACAZES / Ana Cláudia Avelina dos Santos Santos. -
2023.
26 f.

Orientador: Erika Vanessa Moreira Santos Santos.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade
Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e
Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2023.

1. Comunidades Quilombolas. 2. Educação. 3. Território.
4. Transporte. 5. Produção intelectual. I. Santos, Erika
Vanessa Moreira Santos, orientadora. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Ciências da Sociedade e
Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

RESUMO

As comunidades quilombolas existem no Brasil desde o período colonial e surgiram como forma de resistência à escravidão, que tirava do povo negro sua liberdade e o direito de praticar sua cultura e seu modo de vida. Atualmente, as comunidades quilombolas lutam por reconhecimento cultural e para garantir seus territórios. Assim, essa pesquisa tem como objetivo identificar e entender os enfrentamentos vividos pelas comunidades quilombolas de Campos dos Goytacazes. Segundo os dados divulgados pelo Censo Demográfico de 2022, o município de Campos dos Goytacazes é o segundo no estado do Rio de Janeiro com maior população quilombola, representando 3083 pessoas. Sendo assim, busca-se a partir do viés geográfico a ampliação do debate sobre o direito à educação na escala local, considerando as disputas territoriais materiais e imateriais, que se manifestam na matriz curricular, bem como nas demandas cotidianas como transporte público para acessar ensino médio na sede distrital. Ademais, é indiscutível a importância da educação para a construção da identidade territorial dessas comunidades frente aos projetos políticos que buscam apagar a memória de suas lutas históricas.

Palavras-chave: Comunidades Quilombolas; Educação; Território; Transporte

ABSTRACT

Quilombola communities have existed in Brazil since the colonial period and emerged as a form of resistance to slavery, which took from the black people their freedom and the right to practice their culture and their way of life. Nowadays, *quilombola* communities fight for cultural recognition and to guarantee their rights to the territory. Thus, this research aims to identify and understand the confrontations experienced by the *quilombola* communities of Campos dos Goytacazes. According to data released by the Demographic Census of 2022, the municipality of Campos dos Goytacazes is the second in the state of Rio de Janeiro with the largest *quilombola* population, representing 3083 people. Thus, it is sought from the geographical bias the expansion of the debate on the right to education at the local scale, considering the territorial disputes material and immaterial, which are manifested in the curricular matrix, as well as in the everyday demands as public transportation to access high school in the district headquarters. Moreover, it is indisputable the importance of education for the construction of the territorial identity of these communities in front of political projects that seek to erase the memory of their historical struggles.

Keywords: *Quilombola* Communities; Education; Territory; Transportation.

INTRODUÇÃO

A colonização no Brasil se deu sob a forma de exploração, não apenas de recursos naturais, mas sobretudo pela escravidão humana. Dessa forma, tanto os povos que aqui foram encontrados quanto os que foram trazidos do continente africano foram considerados inferiores e, por isso, foram tomados como propriedades.

Sendo o povo africano propriedade, foram escravizados, coisificados e desumanizados. Assim, os europeus se auto elegendo donos, tiraram dos povos africanos suas histórias, sua cultura e identidade, impondo uma visão eurocêntrica do mundo. Ao povo negro foi negada cidadania mesmo após a abolição da escravatura (1888), pois o escravizado foi liberto, mas não lhe foi concedido qualquer direito, sendo colocado à margem em relação aos seus direitos à cidadania.

Porém, a história do povo negro no Brasil não se resume apenas à submissão e à escravidão. Houve também diversas formas de resistências, lutas, fugas e a formação dos territórios quilombolas. Os quilombos são a maior demonstração da resistência negra à escravidão e a fuga dos negros para as florestas representava uma possibilidade de vida e liberdade. Nesse momento, o povo negro começa a lutar pelo direito de praticar a sua cultura e o seu modo de vida, garantindo-lhe sua territorialidade em um território de dominação colonial.

Atualmente, a população quilombola não luta apenas por liberdade, mas também por reconhecimento e legitimação de sua cidadania enquanto sujeito de direito. A luta é para garantir saúde, educação e seu território.

Desse modo, sabendo da luta das comunidades quilombolas pelos seus direitos, principalmente o acesso à educação de qualidade e que represente seu povo, desenvolvemos esta pesquisa. Com isso, o objetivo dessa pesquisa é identificar as dificuldades vividas pelas pessoas das comunidades quilombolas de Campos dos Goytacazes, em busca de uma educação de qualidade e a verificação da existência de projetos ou de programas para a implementação de uma educação de matriz curricular quilombola no município.

Para a consecução desta pesquisa, foram utilizados amplos levantamentos bibliográficos, tanto na área da Geografia quanto em educação. Além disso, levantamento e análise de dados secundários foram obtidos no IBGE sobre o número de membros das comunidades

quilombolas, informações sobre a educação escolar oferecida para as comunidades, levantamento normativo relacionado ao regimento educacional que atende essas comunidades também foram incorporadas. Análises dos planos municipais e estaduais de educação foram realizadas para entendermos os objetivos relacionados à educação quilombola no município de Campos dos Goytacazes e no estado do Rio de Janeiro. Foram realizadas entrevistas com os agentes e gestores educacionais que atendem as comunidades quilombolas e entrevistas com os membros das comunidades, entrevistas com a presidente do Instituto de Desenvolvimento Afro do Norte Noroeste Fluminense (IDANF) e com o secretário municipal de educação. Assim como, participação na reunião mensal do conselho municipal de educação.

Responderam ao questionário, por meio digital, 10 educandos, entre 12 e 23 anos, cursando entre 6º ano dos Anos Iniciais ao Ensino Médio. Também foram entrevistadas a diretora e a diretora adjunta de uma das escolas que atende esses educandos. Os educandos pertencem às comunidades de Batatal, Conceição do Imbé e Aleluia. As escolas frequentadas são: Escola Municipal Maria Cordeiro Borges, localizada Morangaba-Rio Preto, Colégio Estadual Doutor César Tinoco, localizado em Santa Cruz, Colégio Estadual João Pessoa, localizado no Parque São Caetano. As diretoras fazem parte do corpo docente da Escola Municipal Maria Cordeiro Borges.

Em relação aos questionários e a escola visitada, foram escolhidos para responder a essa pesquisa os agentes das comunidades de Conceição do Imbé, Batatal e Aleluia. A escolha levou em consideração a localização dessas comunidades, pois se encontram afastadas da região central do município e ainda considerou o fato de essas comunidades terem sido certificadas a mais tempo do que as demais, recebendo suas certificações em 2005.

Na primeira parte do artigo trabalhamos com a bibliografia pesquisada, de modo a analisar e detalhar a história de formação dos quilombos no Brasil e entender um pouco sobre o conceito de educação. Na segunda parte, houve a preocupação em fazer um panorama da pesquisa realizada com os agentes das comunidades quilombolas, de modo a, fazer uma análise sobre a Educação Quilombola no Município de Campos dos Goytacazes. Na terceira parte, buscamos analisar as dificuldades enfrentadas pelos alunos dessas comunidades para acessarem à educação. As considerações finais refletem as dificuldades enfrentadas pelos educandos e também a luta permanente para a garantia de seus direitos fundamentais no

acesso ao transporte e à educação no maior município fluminense em extensão territorial e o segundo do estado do Rio de Janeiro em números de quilombolas.

Territórios e territorialidades quilombolas no Brasil

Os quilombos no Brasil existem desde o século XVI e se constituem como espaço de resistência sócio-política e cultural. Segundo Silva e Silva (2014), os quilombos são elementos importantes na história do Brasil, pois constituíram e constituem espaços de resistência, antes a escravidão e, atualmente, a cultural.

Para Almeida (2011), no período colonial, o conceito de quilombo estava ligado aos elementos descritivos que foram produzidos em decorrência de uma resposta do rei de Portugal em uma consulta feita ao Conselho Ultramarino em 1740. Assim, quilombo foi formalmente definido como toda habitação de negros fugidos. O problema desta descrição está no fato de relacionar o quilombo apenas à fuga, quando na verdade, o quilombo representava resistência e luta pelo direito de exercer sua cultura.

Silva e Silva (2014) destacam que, em 1757, grupos acima de seis escravizados que estivessem arranchados e fortificados para se defenderem, eram considerados quilombos. Os autores afirmam que a palavra “quilombo” é de origem banto e significa acampamento ou fortaleza que no Brasil, esses espaços eram chamados de arranchamentos, mocambos ou quilombos e seus membros eram conhecidos como callombolas, quilombolas ou mocambeiros. Os autores citados observam que os quilombos no Brasil foram muitos e não eram unidades homogêneas, variavam de lugar, tamanho, forma de organização, população, integrantes e desempenharam um importante papel de resistência frente ao sistema colonial de escravidão. Assim, Silva e Silva (2014) destacam que

Geralmente os quilombos agregavam negros de diversos locais, constituindo-se de uma diversidade étnica e cultural grandiosa. Na vida cotidiana precisavam forjar alternativas de sobrevivência, defesa e segurança do grupo. De acordo com o lugar, a realidade de cada grupo, suas experiências e alternativas, criavam diferentes formas de sobrevivência. Entre as principais atividades desenvolvidas nos quilombos, citados por Guimarães em seu estudo sobre “Mineração, quilombos, em Minas Gerais no século XVIII”, podemos mencionar a agricultura, mineração, criação de animais, coleta, banditismo, comércio, entre outras. Guimarães ressalta que os quilombos eram semelhantes por um lado e por outro, diferentes. (SILVA e SILVA, 2014, p. 194)

Dessa forma, os quilombos surgiram como grupos heterogêneos, constituídos por escravizados de diferentes culturas e lugares que tinham o objetivo de ir contra ao sistema

escravocrata colonial. Assim, torna-se evidente que os quilombos não eram apenas um local de fuga, pelo contrário, eram territórios de resistência.

Com base nos estudos de Carvalho (2013) e Lima (2013), a noção de quilombo não se relaciona apenas aos casos de fuga em massa e refúgio de escravizados. Ademais está relacionada com a formação de grupos familiares que, buscando uma produção autônoma e livre e baseada na cooperação, faziam frente ao sistema escravista, sendo a terra pautada no trabalho coletivo.

Silva e Silva (2014) ressaltam que desde o início da formação dos quilombos com negro fugitivos, houve repressão, perseguição, destruição e vigilância constante. Assim, segundo os autores, os quilombolas foram duramente perseguidos, muitos deles destruídos, outros tantos conseguiram sobreviver às perseguições e permaneceram/permanecem em seus antigos espaços de moradia. Entretanto, mesmo após a abolição, ficaram à margem da sociedade, demandando outras formas de resistência e luta.

Mesmo no Brasil republicano os governantes não criaram nenhuma política de integração das comunidades dos antigos quilombos ao processo de desenvolvimento do Brasil. Dessa maneira, “essas comunidades [...] desenvolveram formas próprias de organização social, produtiva, religiosa e outras formas de manifestações culturais que passaram a funcionar como símbolos característicos da etnicidade que comportam.” (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2005). Assim, mesmo com muitas dificuldades, esses locais de vivência dos antigos quilombolas perpassaram o tempo e os seus descendentes continuaram a residir nas terras onde moravam seus ancestrais. Estes espaços encerram experiências individuais de lutas para se constituírem enquanto grupos que, à sua maneira, enfrentaram desafios para resistir física e culturalmente, sendo conhecidos hoje como comunidades remanescentes de quilombos. (SILVA e SILVA, 2014, p.195)

O’Dwer (2010) afirma que as comunidades quilombolas, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção, na reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.

Segundo Soares (2017), as comunidades remanescentes de quilombos são espaços vivos da história e cultura da população negra brasileira, que se mantêm como territórios de resistência por meio dos vínculos singulares com a terra e pela preservação da memória. Assim, entende-se que as comunidades quilombolas são espaços onde seus membros se sentem livres para praticar a sua cultura e seu modo de vida. Sendo assim, a comunidade quilombola representa resistência e liberdade, valorizando sua identidade e territorialidade.

Medeiros (2009) defende que o território é um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação e o território é um espaço cultural de identificação. A autora destaca que o território é, pois, essa parcela do espaço enraizada numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento.

O território pode envolver, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais (HAESBAERT, 1997, p. 41).

Para Vilela (2014), a identidade das comunidades tradicionais é criada a partir das formas de apropriação do território. Nesse caso, a identidade dessas comunidades é pautada nas relações cotidianas de trabalho na terra, no conhecimento tradicional associado ao preparo do plantio, na coleta dos recursos naturais e no simbolismo dos festejos e crenças religiosas.

Assim, entendemos que o território quilombola representa a cultura, a identidade e a resistência de um povo que luta por seus direitos. É importante ressaltar que a maioria das comunidades está situada em área rural de difícil acesso, muitas ainda sem energia elétrica e água tratada ou acesso a políticas públicas básicas como educação, saúde e transporte (SILVA, 2003).

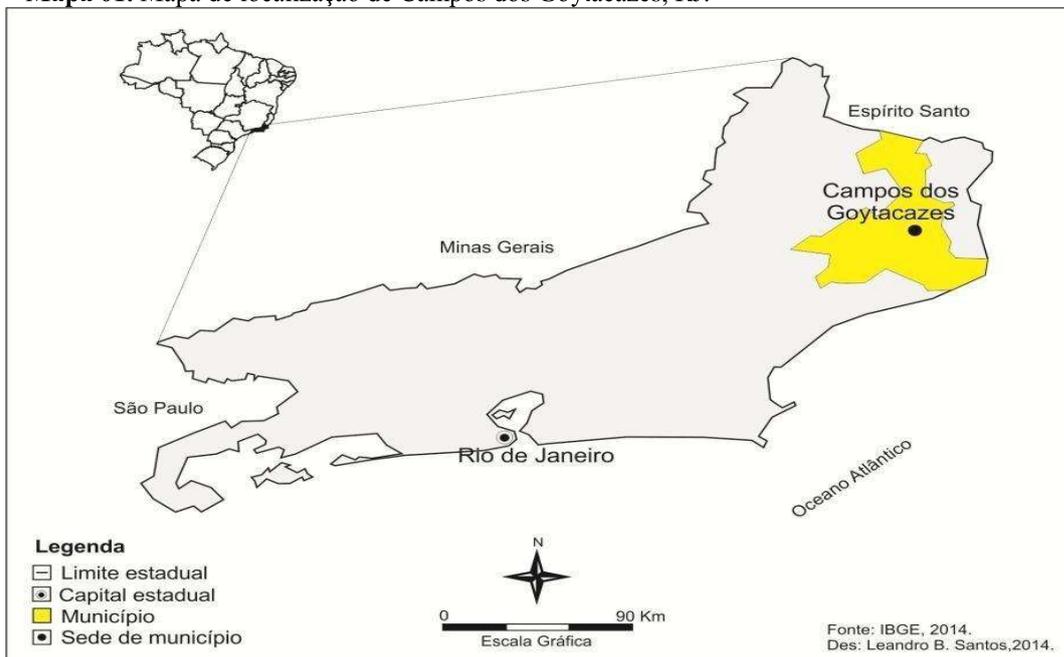
Defendemos que a história das comunidades quilombolas do Brasil está diretamente ligada à luta por direitos à saúde, à terra, à liberdade de crença, à educação etc. Dentre essas lutas, destaca-se, nessa pesquisa, a de garantir o direito à educação de qualidade assegurada pela Constituição Federal de 1988. A luta pelo direito à educação é, também, a luta por reconhecimento e por igualdade de direitos enquanto cidadãos.

Breve caracterização da área de estudo

O município de Campos dos Goytacazes, situado no norte do Estado do Rio de Janeiro (Mapa 1), foi fundado em 28 de março de 1835. Atualmente abarca uma população de aproximadamente 483.551 habitantes, segundo dados do IBGE (2022).

Nos últimos anos, a descoberta de petróleo e gás natural na plataforma continental da Bacia de Campos tem propiciado o aumento significativo da receita municipal por meio do recebimento de *royalties* excedentes e participações especiais (IBGE). No passado, a história econômica de Campos era baseada, segundo Gomes (1997), na atividade criatória de gado, sendo, posteriormente, implantada a produção da cana de açúcar ainda no século XVIII.

Mapa 01. Mapa de localização de Campos dos Goytacazes, RJ.



Fonte: IBGE, 2014.

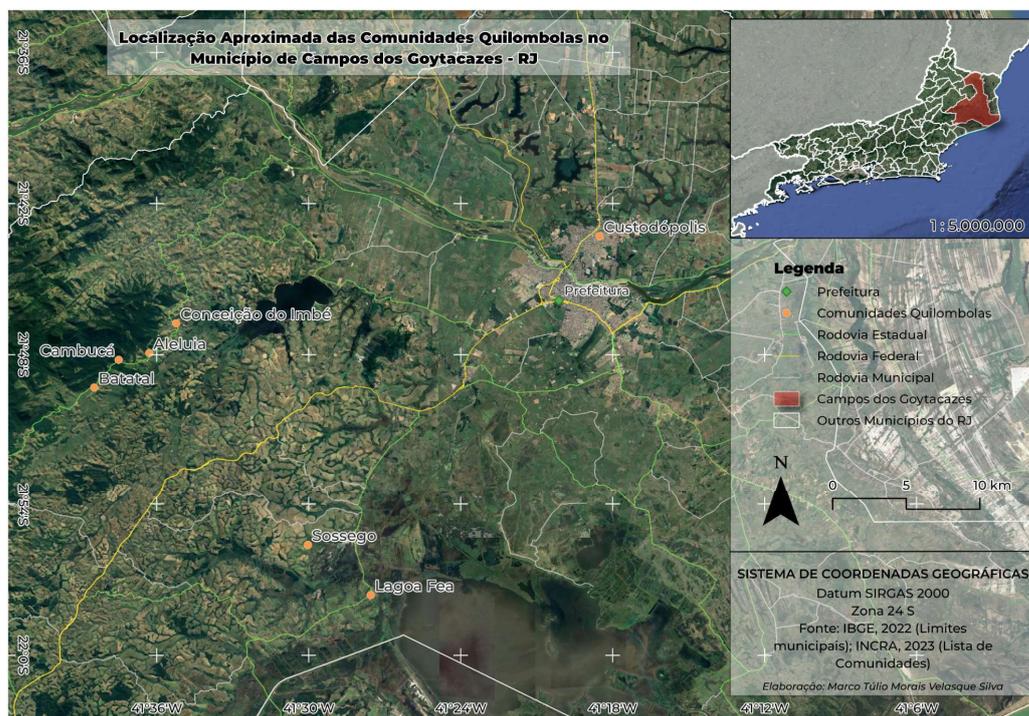
A economia campista, baseada na produção do açúcar, contou com um forte aparato de mão-de-obra escravizada. De modo que, em 1779, Campos possuía 52% dos engenhos de toda capitania e 43,6% da população escravizada (GOMES, 1997). Gomes (1997) aponta que a expansão açucareira na região causou um aumento populacional com a demanda de mão-de-obra africana para trabalhar nas lavouras. Nesse cenário, no final do século XVIII, a população total da Capitania do Rio de Janeiro era de 179.595 pessoas, sendo 52,5% livres e 47,5% escravizados. Em Campos, havia cerca de 21.905 habitantes, sendo a maioria da população composta por escravizados, ou seja, 59% do total de habitantes. Dessa maneira, Gomes (1997) destaca que, nessa ocasião, a planície campista tornou-se um dos maiores contingentes de escravizados da Capitania, só perdendo para as regiões do recôncavo da Guanabara, próximas à Corte.

Gomes (1997) afirma que foi nesse contexto socioeconômico que os mocambos se estabeleceram na região de Campos. Segundo o autor, desde o final do século XVII já havia quilombos estabelecidos nessa região, onde situavam-se tanto em terras devolutas como próximos às fazendas e aos engenhos.

Atualmente, a população quilombola em Campos dos Goytacazes chega a 3.083 habitantes (IBGE, 2022). Essa população está dividida entre as sete comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas pela Fundação Zumbi dos Palmares. São reconhecidas as comunidades de Conceição do Imbé, Batatal, Cambucá e Aleluia, certificadas no ano de 2005, Sossego e Lagoa Fea, certificadas em 2017 e Custodópolis, certificada em 2018 (dados da Fundação Zumbi dos Palmares).

Em relação à localização geográfica, as comunidades estão situadas da seguinte forma: Cambucá, Aleluia e Batatal estão situadas no Novo Horizonte, Conceição do Imbé, situada na Estrada de Lagoa de Cima, Lagoa Fea e Sossego, situadas na estrada principal de Dores de Macabu (ALERJ, 2017), e Custodópolis, situada no bairro de Custodópolis, considerado quilombo urbano em Guarus, parte do distrito-sede (Mapa 2).

Mapa 02: Localização Aproximada das Comunidades Quilombolas do Município de Campos dos Goytacazes



Fonte: IBGE, 2022; INCRA, 2023 (LISTA DE COMUNIDADES).

Vilela (2014) destaca que uma das características mais importantes dos territórios quilombolas está na sua localização, já que muitos deles estabeleceram suas ocupações em áreas de difícil acesso, conferindo característica estratégica às suas localizações.

Em Campos dos Goytacazes, a dificuldade de interiorização pelos colonos foi causada pela presença dos indígenas da tribo Goitacá que lutavam para defender seu território, o que possibilitou mais tarde que os quilombos fossem construídos em áreas que dificultasse o acesso dos senhores de escravos e contribuíssem para consolidação de um modo de vida baseado no uso da terra (GOMES, 1997).

Como já dito anteriormente, a localização das comunidades quilombolas em Campos dos Goytacazes traz muitas dificuldades no acesso de muitos direitos. Dentre eles, o foco deste artigo será direcionado ao direito de acesso à garantia da educação.

Educação como direito

Segundo Charlot (2013), a educação se constitui em um processo triplo, um processo de humanização, de socialização, de subjetivação/singularização. São três processos que só podem acontecer graças à educação.

Ao compreender a educação como um processo de humanização e de socialização, fica evidente que é por meio dela que as comunidades quilombolas conseguem perpetuar sua cultura e resguardar os conhecimentos construídos ao longo da história de seu povo. Desse modo, a educação deve valorizar a cultura, a identidade e a territorialidade de um povo.

Nas palavras de Brandão (1989), a força da educação está no fato dela ajudar a criar homens, por meio da transmissão do saber que os constitui e os legitima. Mais ainda, a educação participa do processo de produção de crenças e idéias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades.

Com isso, também faz parte dos objetivos dessa pesquisa, identificar a existência de uma educação quilombola no Município de Campos dos Goytacazes. A importância de se verificar a existência de uma educação quilombola está no fato de entendermos que uma educação voltada para valorização da cultura africana contribui para conscientização da história do negro no Brasil. Silva (2019) defende que o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira é de extrema importância para a educação de jovens, para valorização da cultura negra no Brasil e para conscientização da sua própria história. Essa notabilidade desperta o

sentimento de pertencimento étnico-racial que garante o reconhecimento da identidade dessa população.

É importante ressaltar que a educação está para além dos espaços formais, podendo ocorrer em vários espaços e de maneira cotidiana nas trocas estabelecidas nas relações entre os pares. Brandão (1989) defende que não há uma forma única, nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece, o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.

Dessa forma, essa pesquisa não se preocupa apenas em identificar espaços de educação quilombola formal, também objetiva identificar espaços de educação quilombola informal, pois entende-se que a educação pode ocorrer em muitos espaços. Muitas vezes, a cultura nas comunidades quilombolas é passada através da oralidade, ou seja, por meio das atividades cotidianas passadas pelos mais idosos em músicas, histórias, narrativas e contos.

Silva (2019) destaca que a oralidade da cultura africana está ligada a territorialidade e que essa cultura contribuiu para que os saberes e conhecimentos fossem compartilhados por várias gerações, o que permitiu que as comunidades remanescentes de quilombos mantivessem ligações de parentesco com as comunidades originais.

O Município de Campos dos Goytacazes instituiu no dia 11 de junho de 2015, sob a Lei n. 8.653, o Plano Municipal de Educação (PME) para o decênio de 2015/2025. O PME lançou 20 metas para serem alcançadas nesse período. Dessas metas, destacamos a meta de número 8, a qual diz:

Meta 8 : elevar a escolaridade média da população de 15 (quinze) anos ou mais, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos no decorrer da vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no município e igualar a escolaridade média entre negros, não negros e indígenas declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O objetivo da meta 8, segundo o PME (2015) é o de superar as discrepâncias e as desigualdades educacionais entre o rural e urbano, mediante políticas educacionais de caráter afirmativo e reparatório, visando corrigir as desigualdades históricas impostas a esses segmentos em diálogo com os movimentos sociais do campo.

É importante ressaltar que quando essa meta foi instituída, já havia, em Campos, quatro comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Zumbi dos Palmares, sendo elas:

Conceição do Imbé, Batatal, Cambucá e Aleluia, certificadas no ano de 2005. Mesmo com a existência dessas comunidades certificadas, a meta 8 trata sobre a população do campo e indígena, sem citar a população quilombola ou a implementação de uma Educação com currículo Quilombola para as escolas. Dessa maneira, como as outras metas a serem alcançadas, também ignoram a necessidade de se pensar em um projeto de educação voltado para as comunidades quilombolas.

No que tange ao Estado do Rio de Janeiro, o Plano Estadual de Educação (PEE), em sua meta 8, objetiva a redução das desigualdades e a ampliação da escolaridade da população entre 18 e 29 anos de idade até o ano de 2024. Esta meta tem o objetivo de alcançar aos grupos com os menores percentuais de acesso à escolarização, tais como: os jovens privados de liberdade, os indígenas, os quilombolas, os mais pobres, os negros e os residentes nas áreas rurais e nas regiões de menor escolaridade. Além da meta supracitada, a educação para as comunidades quilombolas é citada no documento 37 vezes, contemplando a Educação de Jovens e Adultos, Educação Infantil em colaboração com os municípios, Educação Fundamental e Ensino Médio.

É importante ressaltar que, segundo o PEE (2019), atualmente, no Estado do Rio de Janeiro, a educação quilombola é realizada pelas redes municipais. Porém, o município de Campos dos Goytacazes ainda não conta com uma educação focada na aprovação de uma grade curricular quilombola.

Segundo Lucimara Muniz, presidente do Instituto de Desenvolvimento Afro do Norte e Noroeste Fluminense (IDANF), em entrevista dada para esta pesquisa, as escolas do município não contam com um currículo de Educação Quilombola. A entrevistada destaca ainda que, o Instituto está lutando para que isto aconteça, com propostas que vão além da implementação de um currículo, mas no reconhecimento dessas escolas como quilombolas.

Durante a pesquisa, ocorreu a visita à Escola Municipal Maria Cordeiro Borges, que atende aos educandos vindos das comunidades de Conceição de Imbé, Batatal e Aleluia. A escola atende 351 alunos e atende desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental Anos Finais.

Entendendo que a escola citada, atende aos educandos vindos dessas comunidades, foi questionado à diretora sobre a importância da implementação de um currículo de educação

quilombola na escola. A diretora reconheceu a importância da educação quilombola, porém, deixou claro que não é o foco da escola no momento, sendo a alfabetização a prioridade, uma vez que o índice de analfabetismo na escola é muito alto, podendo encontrar o analfabetismo até entre os educandos dos Anos Finais. Diante da situação ilustrada, a diretora foi indagada sobre quais projetos de alfabetização a escola segue. Em resposta, relatou que todos os professores, de todas as disciplinas trabalham a alfabetização, porém o elevado número de faltas dos professores, dificulta o processo.

Em relação às faltas dos professores, elucidamos que a distância entre o centro do município e a escola é consideravelmente longe e o transporte é precário, o que pode ser a justificativa para as faltas. Porém, deixamos claro, que os professores não foram entrevistados, pois entrevistas com professores não faziam parte dos objetivos da pesquisa. É importante destacar que, segundo a diretora adjunta da escola visitada, a instituição não possui um Projeto Político Pedagógico que orienta o trabalho desempenhado pela comunidade escolar.

É importante que entendamos que a implementação da Educação Quilombola não impede que a alfabetização aconteça. Pelo contrário, possibilita que ocorra de forma significativa e contextualizada com a cultura do educando, entendendo o educando como sujeito histórico e ativo na construção do seu conhecimento.. Assim, Silva (2019) argumenta que:

A educação em espaços quilombolas ou que atendam a remanescentes quilombolas visa a atender aspectos da cultura e do trabalho desses sujeitos. Sendo assim, a educação quilombola deve ser uma educação diferenciada, e a escola deve considerar esses indivíduos como sujeitos históricos e produtores de conhecimentos. Nesse sentido, alguns aspectos para o reconhecimento desses sujeitos devem ser levados em consideração, como: valorização de sua história, sua autoestima e sua identidade. O processo educacional deve contribuir para a continuação da comunidade, valorizando seus costumes e tradições. (SILVA, 2019, p. 43)

Dessa forma, entendemos que a Educação Quilombola contribui para a valorização da cultura dessas comunidades, pois a partir de uma educação voltada para a valorização da história e da cultura desse povo, ocorre a continuação da comunidade como território de identidade.

Com a finalidade de obter mais informações sobre a Educação Quilombola no município, houve a participação na reunião mensal do Conselho Municipal de Educação. A reunião ocorre sempre na última quarta-feira de cada mês e tem o objetivo de votar e aprovar projetos de leis e de discutir as demandas educacionais do município. As reuniões contam com a presença do secretário de educação, Marcelo Machado Feres, dos conselheiros municipais e

da equipe pedagógica do município, também é permitido a presença da comunidade (Imagem 1)

Imagem 1. Reunião do Conselho Municipal de Campos dos Goytacazes



Fonte: Arquivo Pessoal

Durante a reunião foi questionado ao secretário de educação sobre a implementação da Educação Quilombola no município. Em resposta, Marcelo Machado Feres, esclareceu que se interessa pelo assunto, mas que não possui conhecimento aprofundado na área e ainda que, nunca foi levado questões relacionadas ao tema para ele. Concluiu relatando que não existe no município nenhum projeto de implementação de educação quilombola. Os conselheiros municipais também afirmaram que não possuem conhecimento do assunto.

É importante ressaltar que, a reunião é aberta à comunidade, porém a ausência de líderes do movimento quilombola do município na reunião, é notória. Porém, essa ausência pode ser entendida se levarmos em consideração a falta de uma ampla divulgação da reunião que só ocorre em Diário Oficial e também pelas dificuldades de acesso ao centro da cidade, tendo em vista que a reunião ocorre na região central do município.

Elucidamos que a partir da Lei n. 10.639 de 9 de janeiro de 2003, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Porém, Silva (2019) destaca que a lei ainda é considerada um desafio para a política

educacional brasileira, por necessitar da real institucionalização por parte das escolas. Dessa forma, superar essa lacuna na educação brasileira ainda é tarefa difícil e de muita luta e resistência.

Dificuldades no acesso à educação em Campos dos Goytacazes

Entendendo que no Município de Campos dos Goytacazes não há um currículo que garanta a implementação a Educação Quilombola nas escolas, nos resta compreender quais escolas atendem às comunidades quilombolas do município.

A nível de informação, é importante destacar que o município conta com 316 escolas de Educação Infantil, 312 de Ensino Fundamental e 81 de Ensino Médio (IBGE). Sendo essas escolas que atendem as comunidades quilombolas. Dessa forma, buscamos analisar se as comunidades encontram dificuldades, além da falta de um currículo quilombola, no acesso à educação. Assim, após pesquisa bibliográfica sobre as comunidades, um questionário foi encaminhado para moradores pertencentes a essas comunidades. Neste questionário, objetivamos obter informações sobre a qual comunidade os respondentes pertenciam, em qual escola estudavam, onde as escolas frequentadas estavam localizadas, qual o meio de transporte utilizado para se deslocar para a escola, o tempo gasto para chegar à escola e as principais dificuldades enfrentadas para ter acesso à escola.

Ao serem questionados sobre o tempo de deslocamento entre a casa e a escola, os estudantes responderam que levam entre 40 minutos e 1h30 nesse deslocamento e que o deslocamento é feito em van escolar ou ônibus coletivo. Em relação às dificuldades no acesso às escolas, todos os estudantes apontaram para as péssimas condições das estradas e para o tempo que levam andando de suas casas até o ponto de ônibus. Além disso, outras dificuldades foram apontadas pela entrevistada 1, moradora da Comunidade Conceição do Imbé, estudante do Colégio Estadual João Pessoa.

“O ônibus quebra, fica de greve, o ônibus chega atrasado, a falta de compreensão da escola com relação ao horário, a falta de horário para a ida e volta para casa.” (Entrevistada 1, Conceição do Imbé, 2023) .

Lucimara Muniz, presidente do IDANF, também retratou em sua fala sobre as dificuldades enfrentadas pelos educandos das comunidades quilombolas.

“As pessoas precisam se deslocar a longas distâncias e sem transportes para realização. As escolas vão até o 1º segmento em 4

Quilombos do interior e por isso, tem de estudar em Campos e para o ingresso nas universidades não há transporte.” (MUNIZ, 2023)

A diretora da Escola Municipal Maria Cordeiro Borges relatou o problema com a distância entre a casa dos alunos e a escola. Segundo a gestora, essa distância é o motivo do alto acúmulo de faltas dos alunos na escola. A diretora relata, que em períodos de chuva as faltas são mais frequentes, pois a estrada sem pavimentação fica muito ruim, impossibilitando o deslocamento até a escola.

Como foi possível observar, a distância entre as escolas e as comunidades e a falta de transporte geram dificuldades desses estudantes ao terem acesso à educação. E ainda que, a falta de transporte, não é algo desconhecido do poder público, pois os meios de comunicação locais já noticiaram essa precariedade no transporte e já evidenciaram por meio de reportagens as reclamações dessas comunidades (Imagem 2).

Imagem 2. Moradores do Imbé realizam manifestação contra a falta de transporte público

Quilombolas do Imbé reclamam da falta de ônibus na localidade

- ATUALIZADO EM 15/03/2022 12:11 Like 388



Grupo foi cobrar solução no IMTT / Divulgação

Fonte: Folha1

Com o objetivo de obter respostas do poder público e conquistar melhorias em relação ao transporte, os moradores das comunidades se mobilizam e se organizam em manifestações que cobram o direito ao acesso ao transporte público (Imagem 3). Com isso, entendemos que as comunidades vivem em constante luta por direitos básicos.

Imagem 3. Protesto de estudantes e pais em relação a falta de transporte.



Protesto em frente a Prefeitura de Campos

Fonte: G1

Sobre essas dificuldades de acesso à educação, Silva (2019), aponta que as possibilidades do negro de acesso à escola, mesmo que regulamentadas em lei, encontram sempre empecilho para se firmarem e fazerem acontecer, causando, muitas vezes, a evasão escolar. Assim, a educação concretizada por meio da escola, não se concretiza para muitos desses alunos quilombolas.

Também foi perguntado aos educandos sobre as aprendizagens construídas dentro das comunidades em que vivem. Essa pergunta torna-se importante, pois compreendemos a educação para além da escola e entendemos que as relações estabelecidas com o território em que vivem e com seus pares, também proporciona momentos de construção de aprendizagem. Sobre isso Brandão (1989) afirma que ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. O autor reflete ainda que:

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam e aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os

dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar — às vezes a ocultar, às vezes a inculcar — de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem. (BRANDÃO, 1989, p. 4)

Com isso, compreendemos que a educação pode acontecer por meio das trocas estabelecidas dentro das comunidades. Assim, sobre o que aprenderam em suas comunidades, a maioria respondeu que aprendeu sobre as lutas que os antepassados travaram na conquista por direitos.

Aprendi sobre o trabalho em equipe com moradores para melhorar nossa estrada, por conta do governo local não dar apoio”. (Entrevistado 2, Comunidade Batatal, 2023)

Além de um lugar de resistência é um lugar de muita sabedoria, ver a luta dos meus antepassados para eu chegar aqui hoje só me enche de orgulho. Com certeza esses é um dos motivos de eu não desistir, mesmo com todos os sacrifícios [...] É um lugar muito carente de um olhar mais caridoso por parte dos governantes. Por isso estou me formando professora, para poder dar um pouco de dignidade à educação tão precarizada de lá”. (Entrevistada 1, Comunidade Conceição do Imbé, 2023)

Nas falas do Entrevistado 2 (Comunidade Batatal) e da Entrevistada 1 (Comunidade Conceição do Imbé), percebemos que a aprendizagem estabelecida na comunidade é a de luta e resistência. Luta por conquistas de direitos há muito negados a essas comunidades.

Com isso, compreendemos que a luta por direito à educação ainda se faz presente para essas comunidades, de modo que, existe a necessidade de resistir frente a negação dos direitos básicos da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quilombos no Brasil são territórios de resistência, antes um sistema de escravidão, e atualmente um sistema que tenta negar os seus direitos. Assim, a luta pelo direito à educação, também é luta por reconhecimento enquanto comunidades produtoras de cultura e identidade.

Com essa pesquisa, podemos entender quais as dificuldades vividas pelos educandos das comunidades quilombolas de Campos dos Goytacazes para terem acesso à educação. Dificuldades essas, relacionadas à distância entre a comunidade e a escola, a falta de transporte, a estradas em condições precárias e dificuldades relacionadas à falta de um currículo que valorize a cultura quilombola.

Com este artigo, nos preocupamos em elucidar que a educação é um dos direitos humanos básicos para a formação da pessoa e que as comunidades quilombolas estão lutando para conquistar não só o direito ao acesso, mas também, o direito de ter uma educação que contemple e valorize sua identidade, sua cultura, seus valores.

Aqui entendemos que a educação está para além dos espaços formais da escola, ela também pode ser estabelecida e vivida de forma livre, entre todos, na maneira de se relacionarem com o ambiente e o outro na vida comunitária.

Dessa forma, compreendemos que a educação é um processo que faz parte da vida humana e está presente em qualquer sociedade, podendo ser vivenciada de diversas formas, e ainda que, a educação é parte importante para o reconhecimento e valorização de um povo, torna-se urgente a implementação de currículo que valorize a educação das comunidades quilombolas do município de Campos dos Goytacazes, uma vez que o município é o segundo com maior população quilombola do estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2022).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALERJ- Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Proj. Lei 2015/2019**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em : <http://www3.alerj.rj.gov.br>. Acesso em 07 de agosto de 2023.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org). [et al]. **Cadernos de debates nova cartografia social: territórios quilombolas e conflitos** – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL- Fundação Zumbi dos Palmares. Comunidades quilombolas reconhecidas-Sudeste. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em:<<https://www.palmares.gov.br>>. Acesso em 07 de agosto de 2023.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**. Porto Alegre: ARTMED, 2013, p.157-182.

GODOY, Arilda Schmidt; ZACCARELLI, Laura Menegon. **Perspectivas do Uso de Diários nas Pesquisas em Organizações**. Anais...I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, Recife, 2007.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs .XV XX)**, Campinas, [s.n.], 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói : EDUFF, 1997.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População Residente em territórios quilombolas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela>. Acesso em: 30 de agosto. 2023.

FOLHA GERAL. Quilombolas do Imbé reclamam da falta de ônibus na localidade. Folha 1, 2022. Disponível em: [Quilombolas do Imbé reclamam da falta de ônibus na localidade Folha 1 - Geral](#). Acesso em 30 de agosto de 2023.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento da Diversidade Coordenação da Educação das Relações da Diversidade Étnico-Racial e Educação Escolar Quilombola. **Anexo I Quilombo: Território e Territorialidades**. Formação em ação. 2o. Semestre, 2017. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/>. Acesso em dez de 2020.

PASSOS, William Souza. **Cana-de-açúcar, petróleo e as grandes intervenções regionais recentes: projetos setoriais em disputa no campo dos discursos regionalistas de desenvolvimento de Campos dos Goytacazes** -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.

_____. PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em <http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id>. Acesso em: 30 ago. 2023.

_____. PREFEITURA MUNICIPAL. **Plano Municipal de Educação**. Campos dos Goytacazes, 2015. Disponível em <https://www.camaracampos.rj.gov.br/images/legislacao/leismunicipais/educacao/Lei-8.134.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SILVA, Elma Vital da. **Memórias e trajetórias formativas de jovens universitários da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, em Araguatins-TO**. São Leopoldo, 2019.

TERCEIRA VIA. **Depois de dois dias de protesto, população de Rio Preto consegue ônibus para comunidade**. J3News.com, 2022. Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2022/05/12/>. Acesso em 30 de agosto de 2023.

SILVA, Vandeir José da. SILVA, Giselda Shirley da. **Quilombos Brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil**. *Revista Mosaico*, v. 7, n. 2, p. 191-200, jul./dez. 2014.

SILVA, Delma Josefa da. **Educação quilombola: um direito a ser efetivado**. Centro de Cultura Luiz Freire, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VILELA, Neio Lúcio de Oliveira Campos. Os quilombos contemporâneos e a proteção da biodiversidade: aproximação teórico-conceitual. **Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território**, v.5, n.2 (2014).

